

O PIB na sucessão

Brasil
N o fim do ano passado, o ministro do Planejamento, Delfim Netto, lançou uma previsão otimista sobre a sucessão presidencial: os números da economia, em breve, assumiriam tonalidades menos escuras, aumentando a produção e, por consequência, o nível de emprego. O comando político do Governo teria maior facilidade para encaminhar a sucessão numa perspectiva compartilhada pela cúpula do Palácio do Planalto.

Depois de muito tempo, as páginas de economia dos jornais trazem boas notícias - não se sabe, porém, até quando. De qualquer forma, já foi o suficiente para amenizar as críticas dos empresários e, caso o reaquecimento seja mesmo para valer, logo se expandirá pela classe média, o segmento social responsável pela repercussão de tendências políticas. Basta dizer que, segundo dados da Fiesp, as vendas da indústria paulista cresceram, em janeiro, mais de 6% em relação ao mês equivalente no ano passado. O nível de emprego sofreu uma pequena alta em fevereiro (0,26%) - o que já serviu para alterar o declínio vertiginoso verificado desde 1980.

Mais números: a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística garante que a economia cresceu, em janeiro, 3,1% se comparada ao mesmo mês no ano passado. O País aumentou suas exportações, diminuiu o consumo de produtos importados (sobretudo o petróleo) e mostra um melhor desempenho na agricultura.

Tudo isso, claro, ainda é muito pouco; precisamos criar, por ano, cerca de 1,5 milhão de novos empregos. Os grandes centros urbanos são um barril de pólvora, o número de falências e concordatas é alto, batendo recordes, a inflação alcançou as nuvens, os juros tornam complicadas tentativas de investimentos. Seja como for, os novos índices fazem animar a esperança, um fator psicológico que, sem dúvida, pesa.

A bandeira das eleições diretas à Presidência tem, no fundo, uma profunda contestação aos resultados da política econômica. Se houvesse fartura de lucros e empregos, o protesto institucional teria a mesma intensidade? Não se esqueça que, nos tempos do "milagre", tanto o empresariado como amplos setores da classe média não costumavam sensibilizar-se com as denúncias de torturas e de censura à imprensa. Por sinal, importantes empresários, hoje convertidos ao "liberalismo", ardorosos defensores do Estado de Direito, deram dinheiro (e muito) para órgãos de repressão como Oban, dirigida, durante algum tempo,

pelo general Ernani Ayrosa e criada pelo governador Abreu Sodré.

Entre a maioria dos empresários, as críticas surgiram justamente quando o "bolo" ficou menor, significando financiamentos mais timidos. O descontentamento afetou os políticos, num processo facilitado pela abertura democrática. O vice-presidente Aureliano Chaves simboliza o ponto máximo dessa ruptura, levando a dissidência à alta cúpula do Palácio do Planalto, com suas ferozes críticas à política econômica. Os militares, reflexo de todo esse processo, assistem a um rápido movimento nos quartéis; o ministro da Marinha, Maximiano da Fonseca, pediu demissão. O ministro da Aeronáutica, Délvio Jardim de Mattos, já ameaçou várias vezes seguir o mesmo caminho. No Exército, o general Andrade Serpa ganha apoio na eleição ao Clube Militar, numa dissidência ao ministro Walter Pires.

Parlamentares do PDS receiam não votar na emenda Dante de Oliveira; estariam colocando em risco sua reeleição. As eleições diretas tornaram-se a bandeira mais popular da história brasileira, mais até que a abolição da escravatura. Diminuindo a pressão popular, o Congresso terá mais calma para soluções negociadas, aceitando-se, assim, um pouco mais, a coordenação do Governo.

Nem tudo é tão simples, evidente. Uma recuperação vai demorar para chegar nas baixas camadas. E o próprio Governo, por meio do Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA), informou que mais de 85 milhões de brasileiros vivem desnutridos, consumindo menos de 2.240 calorias por dia, gerando pessoas fracas física e mentalmente. Um dos autores do trabalho, Cláudio de Moura Castro, em entrevista à revista *Veja*, lamenta: "Cálculos do Banco Mundial indicam que o brasileiro levaria 50 anos para ter uma renda suficiente para comprar os alimentos de que necessita, mesmo que ela cresça 3% ao ano". E lembre-se que a Fiesp está satisfeita porque a economia deverá crescer, em 1984, 1%.

Um dado vem passando despercebido: com a campanha das diretas, diminuíram os saques a supermercados, nas periferias dos grandes centros. A relação é íntima; quando não há esperança de uma modificação pacífica, opta-se pela violência. Resta saber a profundidade da frustração caso o Congresso - como tudo indica - rejeite as diretas.

GILBERTO DIMENSTEIN